



## Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande

## BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em milhares de R\$	2021			2020		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
<b>Ativo Circulante</b>	<b>47.877</b>	<b>12</b>	<b>+11</b> ●	<b>42.985</b>	<b>11</b>	<b>-40</b> ●
Disponível (5)	14.652	31	+15 ●	12.717	18	-23 ●
Clientes (6)	16.703	35	+6 ●	15.754	22	-62 ●
Outros créditos (7)	3.246	7	+2 ●	3.171	4	+50 ●
Arrendamento	57	0,1	+506 ●	9	0,01	-96 ●
Estoques (8)	12.932	27	+15 ●	11.203	16	-4 ●
Despesas exercício seguinte	287	1	+119 ●	131	0,2	-26 ●
<b>Ativo não circulante</b>	<b>322.845</b>	<b>82</b>	<b>-0,5</b> ●	<b>324.309</b>	<b>83</b>	<b>-0,3</b> ●
Bloqueio / Depósitos Judiciais (10)	3.558	1	+29 ●	2.752	1	-2 ●
Cotas de Capital (11)	107	0,03	+20 ●	89	0,03	+32 ●
Permanente (9)	319.179	99	-1 ●	321.468	99	-0,3 ●
<b>Conta de Compensação (12)</b>	<b>20.994</b>	<b>5</b>	<b>-1</b> ●	<b>21.248</b>	<b>5</b>	<b>-17</b> ●
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>391.715</b>	<b>100</b>	<b>+1</b> ●	<b>388.542</b>	<b>100</b>	<b>-8</b> ●

## BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em milhares de R\$	2021			2020		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
<b>Passivo Circulante</b>	<b>228.743</b>	<b>58</b>	<b>+23</b> ●	<b>185.635</b>	<b>48</b>	<b>+19</b> ●
Empréstimos e Financiamentos (13)	43.278	19	+209 ●	14.016	8	-67 ●
Fornecedores (14)	58.956	26	-2 ●	60.271	32	+35 ●
Obrigações pessoal (Salário+Provisões) (15)	33.535	15	-10 ●	37.232	20	+25 ●
Obrigações fiscais (16)	88.130	39	+34 ●	65.951	36	+97 ●
Outras obrigações (17)	4.842	2	-41 ●	8.165	4	+71 ●
<b>Passivo não circulante</b>	<b>243.110</b>	<b>62</b>	<b>+24</b> ●	<b>196.415</b>	<b>51</b>	<b>+9</b> ●
Empréstimos e Financiamentos (13)	134.576	55	+6 ●	126.440	64	-3 ●
Prov.Cíveis/Fornecedores/Parc. (19)	13.586	6	-9 ●	14.989	8	+22 ●
Impostos Parcelados (18)	94.947	39	+73 ●	54.986	28	+44 ●
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>-101.130</b>	<b>-26</b>	<b>+586</b> ●	<b>-14.755</b>	<b>-4</b>	<b>-124</b> ●
Patrimônio Social / Reserv. Avaliação	249.511	-247	-2 ●	253.325	-1717	-1 ●
Superávit/Déficit (22)	-350.641	+347	+31 ●	-268.080	1817	+37 ●
<b>Conta de Compensação (12)</b>	<b>20.994</b>	<b>5</b>	<b>-1</b> ●	<b>21.248</b>	<b>5</b>	<b>-17</b> ●
<b>TOTAL PASSIVO + PL</b>	<b>391.715</b>	<b>100</b>	<b>+1</b> ●	<b>388.542</b>	<b>100</b>	<b>-8</b> ●

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT FINDO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em milhares de R\$	2021			2020		
	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
<b>Receita SUS (25)</b>	<b>326.828</b>	<b>90</b>	<b>+9</b> ●	<b>300.573</b>	<b>91</b>	<b>+8</b> ●
Incentivos	220.996	68	+11 ●	199.777	66	+4 ●
Produção Média Complexidade	58.302	18	-0,32 ●	58.489	19	+28 ●
Produção Alta Complexidade	41.183	13	+19 ●	34.529	11	+3 ●
Produção FAEC (Extra Teto)	6.347	2	-18 ●	7.777	3	+3 ●
<b>Receita Privada (26)</b>	<b>17.515</b>	<b>5</b>	<b>+5</b> ●	<b>16.707</b>	<b>5</b>	<b>-70</b> ●
Convênios (Com desconto de Glosa)	12.600	72	+20 ●	10.465	63	-78 ●
Particular	4.914	28	-21 ●	6.242	37	-22 ●
<b>Demais Receitas</b>	<b>20.484</b>	<b>6</b>	<b>+51</b> ●	<b>13.542</b>	<b>4</b>	<b>+27</b> ●
Doações/Cursos/Conv. Escolas (34)	18.930	92	+63 ●	11.631	86	+37 ●
Locações e Demais Receitas	1.553	8	-19 ●	1.911	14	-12 ●
<b>Receitas Diversas (31)</b>	<b>6.877</b>	<b>2</b>	<b>+23</b> ●	<b>5.607</b>	<b>2</b>	<b>-61</b> ●
Convênios (Fed / Est – Mun)	319	5	-84 ●	2.045	36	+61 ●
Receitas financeiras	2.694	39	+18 ●	2.284	41	-60 ●
Receitas Equivalência Patrimonial	1.915	28	50 ●	1.278	23	0 ●
Precatório	1.949	28	+100 ●	0	0	-100 ●

TOTAL RECEITA	371.704	100	+10	336.429	100	-6
	2021			2020		
Valores em milhares de R\$	Vr Acum	AV %	AH %	Vr Acum	AV %	AH %
<b>Folha Pcto</b> (27)	269.853	70	+6	254.872	69	+4
Pessoal CLT (salário + encargos + Prov)	142.880	53	+7	134.037	53	+8
Médicos (Autônomos + PJ + CLT)	126.973	47	+5	120.835	47	-0,1
<b>Serviços Terceiros</b> (28)	20.851	5	-10	23.069	6	-21
Auditoria / Consultoria	496	2	-21	630	3	-9
Serviços Terceiros	20.355	98	-9	22.439	97	-21
<b>Gerais</b> (29)	5.208	1	-60	12.872	3	-46
Água / Luz / Telefone	7.729	148	+5	7.357	57	+6
Gerais	-2.521	-48	-146	5.515	43	-67
<b>Estoque</b> (30)	90.471	23	+17	77.104	21	+15
Materiais / Medicamentos / Prótese	74.294	82	+19	62.450	81	+17
Gerais / Inventário	16.176	18	+10	14.654	19	+4
<b>Despesas</b>	71.696	16	+60	44.808	11	-20
Despesas financeiras (32)	61.994	86	73	35.742	80	-26
Depreciação	9.702	14	+7	9.066	20	+8
<b>TOTAL DESPESA</b>	458.079	100	+11	412.724	100	-2
<b>RESULTADO</b>	-86.375	-23	+13	-76.295	100	+22

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA MÉTODO DIRETO**  
**FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020**

Valores em milhares de R\$	FLUXO DE CAIXA		
	2021	2020	AH %
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	9.538	2.213	+331
(+) Recebimento Juros Aplic. Financeiras	441	433	+2
(+) Outros Recebimentos Operacionais	358.223	358.682	0
(-) Pcto Fornecedores/Prest. Serv. Saúde	57.882	44.342	-31
(-) Pcto de Pessoal	155.792	147.010	+6
(-) Pcto Serv. Terceiros	21.735	24.624	-12
(-) Pcto de Tributos	14.910	29.777	-54
(-) Pcto Contingenciais (Trab. e Cíveis)	686	761	-10
(-) Pcto de Aluguel	0	137	+0
(-) Aplicações Financeiras	10.372	3.374	+207
(-) Outros Pagamentos Operacionais	121.885	93.524	+32
<b>(=) Caixa Líquido das Atividades Operacionais</b>	<b>(15.061)</b>	<b>17.780</b>	<b>-185</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
(+) Recebimento – Empréstimos e Financiamentos	177.363	0	0
(+) Outros Recebimentos Atividade Financiamento	25.005	15.939	+57
(-) Pagamento de Juros – Emp. Financiamento	33.400	20.756	+61
(-) Pcto de Amortização – Emp./Financ./Leasing	134.981	0	+100
(-) Outros Pagamentos Atividade Financiamento	23.405	12.197	+92
<b>(=) Caixa Líquido das Atividades Financiamento</b>	<b>10.582</b>	<b>-17.014</b>	<b>-162</b>
<b>Aumento/Diminuição Disponibilidades Caixa</b>	<b>-4.479</b>	<b>766</b>	<b>-685</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>			
Caixa – Saldo Inicial	5.586	4.820	+16
Caixa – Saldo Final	1.107	5.586	-80
<b>Aumento/Diminuição Aplic. Financ – Recursos Livres</b>	<b>1.935</b>	<b>-3.793</b>	<b>-151</b>

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto)	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Investimentos	Reserva de Reavaliação	Déficits Acumulados	Total
Valores em R\$ mil						
Em 01 de Janeiro de 2020	2.372	-	-	254.742	(196.190)	60.924
● Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
● Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	591	591
● Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(3.788)	3.815	27
● Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
● Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	-	(76.296)	(76.296)
Em 31 de Dezembro de 2020	2.372	-	-	250.954	(268.080)	(14.754)
● Patrimônio Social	-	-	-	-	-	-
● Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-
● Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(3.815)	3.814	(1)
● Realização da reserva de investimento	-	-	-	-	-	-
● Superávit/Déficit do exercício	-	-	-	-	(86.375)	(86.375)
Em 31 de Dezembro de 2021	2.372	-	-	247.139	(350.641)	(101.130)

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Resultado Líquido do Período	-86.375	-76.296
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	0	0
Variação de Reserva de Reavaliação	3.815	3.788
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0
(+/-) Resultados Abrangentes de Empresas Investidas (quando reconhecidas pela Equivalência Patrimonial)		
<b>Aumento/Diminuição Aplic. Financ. – Recursos Livres</b>	<b>-82.560</b>	<b>-72.508</b>

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, entidade mantenedora e administradora do Hospital de Caridade "Santa Casa", instituição de direito privado, com fins filantrópicos, de educação e assistência social, fundada em 03 de junho de 1.919, reconhecida como utilidade pública municipal pela lei nº. 650 de 26 de novembro de 1959, utilidade pública estadual pela lei nº 1227 de 25 de julho de 1959 e utilidade pública federal pela lei nº. 62.252 de 14 de fevereiro de 1968, detentora do CNAS – Certificado Nacional Assistência Social, tem como missão prover assistência à saúde por meio de uma gestão que garanta filantropia com sustentabilidade, aprimorando a qualidade e o ensino. Tem seus valores definidos em: dedicação com as pessoas, comprometimento, ética nas atitudes, transparência nos processos, ousadia nas decisões, equidade e altruísmo.

Sua visão é ser referência nacional em gestão hospitalar, atuando com filantropia auto sustentável, ser reconhecido pela humanização, segurança e qualidade assistencial, ser um dos principais hospitais de referência em alta complexidade da região centro-oeste, ser referência no estado do MS em serviços diagnósticos e terapêuticos de alta tecnologia, ser um centro formador de profissionais técnicos na área de saúde, ser referência em qualificação profissional, gerando e disseminando conhecimento.

A Santa Casa possui sua unidade hospitalar em Campo Grande no estado de Mato Grosso do Sul prestando serviços de reconhecida relevância, sendo essencial para a comunidade e até mesmo para o poder público pois fornece serviços especializados, atendendo não só a capital, como os municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, seus vizinhos e até mesmo outros países.

Em 26 de março de 2020, em virtude da renúncia apresentada do Presidente Esacheu Cipriano Nascimento, tomou posse de imediato na presidência da Santa Casa o Sr. Heber Xavier, e na Vice-presidência o Sr. Heitor Rodrigues Freire, e Sra. Alir Terra Lima como Diretora Secretária, conforme o inciso I do art. 27 e inciso I do artigo 28 e inciso 29 todos do estatuto social da Associação Beneficente de Campo Grande. Em 25 de setembro de 2020, em virtude da renúncia apresentada do Presidente Heber Xavier e do Diretor de Finanças Adjunto José de Souza, o Vice-Presidente, Heitor Rodrigues Freire, assumiu a Presidência da Santa Casa e de acordo com o Artigo 28 item I do Estatuto, a Diretora Secretária, Sra. Alir Terra Lima, assumiu a vice-presidência.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como outros pronunciamentos emitidos por essa autarquia.

As alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/08, tiveram como principal impacto nas respectivas demonstrações contábeis:

- A substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa;
- Obrigatoriedade de a Entidade analisar periodicamente a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (impairment);
- Eliminação do subgrupo "Resultados não operacionais", na demonstração de resultado do período.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

## a) Base de Preparação

As Demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas adotadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e respectivas alterações introduzidas na referida Lei, do Código Civil Brasileiro, Lei nº 10.406/2002 e das demais normas, da Resolução CFC. 926/2001 que alterou a Resolução CFC 877/2000 e pela resolução 966/2003 que aprovou a NBC T 10.19 a Resolução CFC N.º 1.330/11 que aprovou a ITG 2000 – Escrituração Contábil, a Resolução nº 1409 de 21 de setembro de 2012 que aprovou a Interpretação ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucros, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, e das normas complementares, com interpretações e comunicados técnicos vigente, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e de Interesse Social, que dispõe sobre o conceito, conteúdo, estrutura e nomenclatura das demonstrações contábeis, atendendo em alguns aspectos operacionais e contábeis as determinações exaradas pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS - MDS. Resolução CFC n.º 926/01.

## b) Base para Avaliação e Moeda Funcional

As principais práticas contábeis adotadas estão em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, em especial, pelas normas que regem as entidades de caráter educacional e assistencial. Obedecem ao disposto na Resolução CFC

1.282/10 que atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC 750/93, utilizando, indistinta e contemporaneamente, todos os princípios ali exarados, tendo o exercício social a duração de um ano e coincide com o ano civil. Com o advento da Lei 9249/95, as demonstrações contábeis a partir de 1996, não contemplam mais o reconhecimento dos efeitos inflacionários. Para fins de comparabilidade, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021 estão sendo apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2020.

O regime de apuração do resultado das atividades é o de competência.

#### 4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Os direitos e obrigações da entidade estão em conformidade com seus efetivos valores reais, através de títulos de créditos, documentos contábeis e instrumentos contratuais legais e usuais, o Ativo Realizável e o Passivo Exigível estão apresentados em prazo inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, como circulante.

#### 5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

As disponibilidades pertencentes à Entidade são representadas pelos recursos mantidos em espécie na sua tesouraria, pelos saldos de livre movimentação dos depósitos bancários à vista e pelas aplicações financeiras de curto prazo. Os saldos bancários e as aplicações de liquidez imediata são mantidos em instituições financeiras no País, autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

As aplicações financeiras são representadas por títulos vinculados ao mercado financeiro e estão demonstradas pelo valor da aquisição, acrescidas dos rendimentos incorridos até a data do encerramento das demonstrações contábeis, em conformidade com seu Estatuto Social, atendendo sua finalidade principal – a Filantropia/Beneficência.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
CAIXA		24.457	24.440
BANCO CONTA MOVIMENTO		1.082.886	5.561.481
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		13.544.646	7.131.006
<b>Total ==&gt;</b>		<b>14.651.989</b>	<b>12.716.927</b>

#### 6. CLIENTES

São registrados nesta conta os créditos oriundos de prestação de serviço hospitalar com convênios, particulares e SUS - Sistema Único de Saúde.

CLIENTES A RECEBER	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
CONVENIOS A RECEBER		10.488.011	10.658.456
RECURSO DE GLOSA		4.639.659	5.569.546
(-) VALORES EM TRANSITO CONVÊNIO		(1.092.871)	(1.450.794)
(-) PROVISAO PERDA SOBRE CRÉDITOS-CONVÊNIO		(4.530.844)	(5.500.785)
(-) PROVISAO PERDA SOBRE CRÉDITO-GLOSA		(8.883.736)	(8.874.115)
SUS A RECEBR		15.263.751	13.894.602
(-) VALORES EM TRANSITO SUS		(1.165)	(1.165)
CLIENTES A RECEBR		1.282.418	1.885.018
FUNCIONARIO A RECEBER		82.266	117.376
(-) PCLD CLIENTES A RECEBER		(544.124)	(544.124)
<b>Total ==&gt;</b>		<b>16.703.364</b>	<b>15.754.013</b>

#### 7. OUTROS CRÉDITOS

Encontram-se registrados nesse grupo, títulos a receber oriundos de operações com cartão de crédito e recebimentos em cheques pré-datados e arrendamentos.

BENS E TITULOS A RECEBER	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
NOTAS PROMISSORIAS		46.387	46.387
CHEQUES A RECEBER		299.003	328.685
OUTROS TITULOS A RECEBER		208.473	264.189
(-) PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CREDITOS		(352.508)	(352.508)
ADIANTAMENTO A FUNCIONARIOS		1.090.408	246.562
ADIANTAMENTOS DIVERSOS		563.302	86.432
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES		1.391.001	2.551.656
<b>Total ==&gt;</b>		<b>3.246.066</b>	<b>3.171.402</b>

#### 8. ESTOQUES

Os estoques são representados basicamente por materiais de uso hospitalar, medicamentos e drogas, e estão avaliados pelo custo médio de aquisição, inferiores aos custos de reposição e aos valores de realização.

Os estoques obsoletos são registrados em conta específica, que são os produtos que estão a mais de 12 meses sem movimentação, conforme preconiza o CPC 16.

São também registrados nesse grupo o empréstimo (concedido) de medicamentos realizado entre as unidades de saúde de Campo Grande, para atender as urgências e emergências das outras instituições.

ESTOQUES	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
ALMOX. PATRIMONIO		18.430	27.470
ALMOXARIFADO FARMACIA		4.566.496	2.995.298
ALMOXARIFADO ALIMENTICIO		238.839	258.850
ALMOXARIFADO MANIPULAÇÃO		515.425	453.468
ALMOXARIFADO OPEMS		612.800	684.864
ALMOXARIFADO GRAFICA		3.805	4.464
ALMOXARIFADO BANCO DE OLHOS		42.105	49.980
ALMOXARIFADO BANCO DE SANGUE		0,14	-
ALMOXARIFADO LABORATORIO		2.928	37.721

ALMOXARIFADO LIMPEZA	26.765	4.739
ALMOXARIFADO NUTRICAO ENTERAL	159.260	79.800
ALMOXARIFADO UNIDADES	116.956	142.990
ALMOXARIFADO MANUTENCAO	692.818	618.218
ALMOXARIFADO LACTARIO	30.925	17.939
ALMOXARIFADO PARENTERAL	32.339	30.394
ALMOXARIFADO CENTRO CIRURGICO	298.334	361.042
ALMOXARIFADO FARMACIA SAT. P.S.	106.138	190.219
ALMOXARIFADO CENTRAL MATERIAL ESTERILZ	6	5
ALMOXARIFADO FARMACIA SAT ONCOLOGIA	292.622	362.428
ALMOXARIFADO FARMACIA SAT NEFROLOGIA	150.085	137.834
ALMOXARIFADO FARMACIA SAT. DAY CLINIC	47.062	33.722
ALMOXARIFADO BANCO DE LEITE HUMANO	1.266	1.469
ALMOXARIFADO FARMACIA SAT PRONTOMED	75.607	38.774
ALMOXARIFADO CENTRAL ABASTEC FARMACEUTICO	206	4
ALMOXARIFADO SALA COSTURA	59.566	157.619
ALMOXARIFADO FARMACIA SATELITE GO	46.001	27.672
ALMOXARIFADO FARMACIA SATELITE 2 ANDAR	-	152.330
ALMOXARIFADO FARMACIA SATELITE 4 ANDAR	205.853	120.561
ALMOXARIFADO FARMACIA SATELITE 5 ANDAR	-	116.483
ALMOXARIFADO FARMACIA SATELITE 1 ANDAR	235.562	249.125
ALMOXARIFADO FARMACIA C.C UNID.2	13	13
ALMOXARIFADO MATERIAL E MEDICAMENTO	2.091.420	1.905.019
ALMOX. FARMACIA UTI UNID. 2	77	177.586
ALMOXARIFADO FARMACIA GERAL UND2 TRAUMA	239.624	93.417
ALMOX. LAVANDERIA	44.957	-
ALMOX. SESMT	79.860	-
Total ==>	11.034.150	9.531.514
<b>ESTOQUES</b>	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
EMPRESTIMO CONCEDIDO	2.055.940	2.029.358
(-)ESTOQUE OBSOLETOS	(158.329)	(358.028)
Total ==>	1.897.611	1.671.330
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>12.931.761</b>	<b>11.202.845</b>

## 9. PERMANENTE

O ativo permanente de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, tendo sua depreciação ou amortização calculadas pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil do bem. O imobilizado é demonstrado ao custo histórico, deduzido pela depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela dedução entre os recursos advindos da venda e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos o valor líquido dos custos de transação no resultado do período.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

IMOBILIZADO	2.020		2.021		Valores em R\$ mil		
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES / REAVALIAÇÕES	BAIXAS	EST. BAIXAS	DEP. ACUM	SDO ATUAL	Tx Dep
EDIFICAÇÕES E BENFEITORIAS AMB, MATO GROSSO	1,191,204	-	-	-	(45,016)	1,146,188	4%
TERRENOS	351,466	-	-	-	-	351,466	0%
INSTALACOES	29,557	-	-	-	(3,813)	25,744	10%
EQUIPAMENTOS ELETROMEDICOS	26,122,072	2,122,756	(693,692)	107,076	(3,054,189)	24,604,023	10%
EQUIPAMENTOS DE APOIO	77,100	48,000	(305)	-	(10,485)	114,310	10%
EQUIPAMENTOS GERAIS	4,778,343	1,619,525	(297,451)	1,921	(520,321)	5,582,017	10%
INSTRUMENTAL	494,860	973,474	0	-	(250,339)	1,217,995	10%
MAQ/EQUIPAMENTOS ELETR PROC DADOS	2,111,247	30,247	(298,009)	10,894	(434,313)	1,420,066	20%
MOVEIS E UTENSILIOS	5,815,820	151,510	(333,690)	55,768	(608,679)	5,080,729	10%
VEICULOS	269,692	249,000	(73,011)	-	(31,304)	414,377	25%
CHACARA SANTO ANTONIO	1,040,636	-	-	-	(9,588)	1,031,048	2%
COMPLEXO AVENIDA MATO GROSSO	87,282,651	-	-	-	(721,318)	86,561,333	4%
COMPLEXO EDUARDO SANTOS PEREIRA	176,671,173	-	-	-	(2,720,068)	173,951,105	4%
COLEGIO OSVALDO CRUZ	10,170,531	-	-	-	(51,842)	10,118,689	4%
IMOVEL 13 DE MAIO	1,938,342	-	-	-	-	1,938,342	0%
SOFTWARE	553,159	-	-	-	(190,126)	363,033	0%
Total ==>	318.897.853	5.194.512	(1.696.158)	175.659	(8.651.400)	313.920.465	

Imóveis em Construção	2.020		2.021			
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	DEP. ACUM	SDO ATUAL
REFORMA OSVALDO CRUZ	-	535.553	-	-	-	535.553
REFORMA DO SETOR DE BANCO DE LITE	76.593	238.920	(885)	-	-	314.628
Total ==>	76.593	774.472	(885)	-	-	850.181
Participação em outras empresas	2.020		2.021			
	SDO ANTERIOR	AQUISIÇÕES	BAIXAS	TRANSF.	DEP. ACUM	SDO ATUAL
PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS	625.889	-	-	-	-	625.889
Total ==>	625.889	-	-	-	-	625.889
<b>Total Geral ==&gt;</b>	<b>319.600.335</b>	<b>5.968.984</b>	<b>(1.697.043)</b>	<b>175.659</b>	<b>(8.651.400)</b>	<b>315.396.535</b>

**10. BLOQUEIOS / DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS**

Encontram-se registrados neste grupo os depósitos por determinação judicial oriundos de processos trabalhistas e cíveis, perfazendo em 31 de dezembro de 2021 o montante de R\$ 2.290.209 (dois milhões duzentos e noventa mil duzentos e nove reais), encontram-se ainda registrados neste grupo Bloqueios Judiciais em contas correntes da entidade que em 31 de dezembro de 2021 perfaz o montante de R\$ 1.267.901 (um milhão duzentos e sessenta e sete mil novecentos e um reais).

DESCRIÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS	Valores em R\$ mil		2.021	2.020
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- CIVEIS			2.171.047	1.359.849
DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- TRABALHISTAS			119.162	60.444
Sub Total ==>			2.290.209	1.420.293
BLOQUEIO JUDICIAL			1.267.901	1.331.596
Total ==>			3.558.110	2.751.889

**11. COTAS DE CAPITAL**

Encontram-se registrados neste grupo as cotas de capital do não circulante.

COTAS DE CAPITAL	Valores em R\$ mil		2.021	2.020
BANCO SICREDI (0911 / 24137-7)			69.837	64.946
BANCO SICREDI (0913 / 48202-1)			2.285	2.202
BANCO UNIPRIMI (19515-4)			4.517	4.327
SICOOB (4027/40013363-6)			9.205	155
SICOOB (4354 8497-2)			21.130	17.258
Total ==>			106.975	88.889

**12. CONTAS DE COMPENSAÇÃO**

Encontra-se registrados nesta conta os valores oriundos de convênios celebrados com entidades públicas e privadas, que em 31 de dezembro 2021 perfazem o montante de R\$ 20.993.531 (vinte milhões novecentos e noventa e três mil e quinhentos e trinta e um reais).

COMPENSAÇÃO	Valores em R\$ mil		2.021	2.020
CONV 916/2002			1.384.787	1.384.787
CONV MACE MODERNA ASS ENS			164	164
CEGRAN CENTRO DE ENSINO CAMPO GRAN			9.360	9.360
CONVÊNIO 798931/2013			1.000,011	1,000,011
CONVENIO 801254/2014			268,648	268,648
CONVENIO 23337/2014			20,000	20,000
CONVENIO 464 CRECHE			-	150,364
COMPENSAÇÃO PIS PROC 0006788-33.2012.4.03.6000			300,829	300,829
PRECATÓRIO 160133466.2018.8.12.0000			1.694,790	1,694,790
CONVÊNIO 877455			180,200	180,200
CONVENIO 877946			-	28,700
CONVENIO 776578/2012			23,783	23,783
CONVENIO 766208/2011			9.042,166	9,042,166
CONVÊNIO 801,302/2014 MINISTÉRIO DA SA			1.799,983	1,799,983
REPASSE Nº 8586062017MSCAIXA			299,460	390,785
Total ==>			16.024.182	16.294.571
BENS EM COMODATO	Valores em R\$ mil		2.021	2.020
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE - SESAU			124,400	151,627
INTO - INSTITUTO NACIONAL TRAUMATOLOGIA E OR			2.870,493	2,870,493
ESTADO MATO GROSSO DO SUL - SES			482,264	422,852
MINISTERIO SAUDE			40,187	40,187
HOSPITAL REGIONAL			30,485	30,485
ANTONIO MORAES DOS SANTOS			449,644	450,044
SAMTRONIC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA			148,000	148,000

EQUIPAMED EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA	60.000	60.000
NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA	27.506	43.456
LABORATORIOS B.BRAUN S.A	39.089	39.089
EXITUSMED COM PROD MEDICOS HOSPITALARE	1.200	1.200
EXPRESSA DISTRIB MEDICAMENTOS LTDA	24.481	24.481
SOUZA COM. DE PROD NUTRIC E HOSPITALARES EIRE	671.600	671.600
Total ==>	4.969.349	4.953.515
<b>Total Geral ==&gt;</b>	<b>20.993.531</b>	<b>21.248.085</b>

**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR**

São registrados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros proporcionais até o último dia do mês base.

Em 14 de novembro de 2019 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco SICOB Credicom no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal de 0,55%, com prazo de amortização em 84 meses.

Em 25 de setembro de 2019 a entidade optou por realizar um financiamento junto ao banco Bradesco no montante de R\$ 1.703.703,70 (um milhão setecentos e três mil setecentos e três reais e setenta centavos), a taxa de juros efetiva mensal de 0,82%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 25 de junho de 2021 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco Caixa Econômica Federal no montante de R\$ 162.163.000,00 (cento e sessenta e dois milhões cento e sessenta e três mil reais), a taxa de juros efetiva mensal de 2,93%, com prazo de amortização em 120 meses. Com a aquisição do mesmo foram realizadas amortizações dos empréstimos com a CEF sob o contrato de nº 07.0017.610.0000029-00 e nº 07.0017.610.0000030-35, e com o banco Daycoval sob contrato de nº 85644-6 e nº 88168-8.

Em 29 de julho de 2021 a entidade optou por realizar um empréstimo junto ao banco Daycoval no montante de R\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,37%, com prazo de amortização em 48 meses.

Em 04 de agosto de 2021 a entidade optou em realizar um empréstimo junto ao banco Daycoval no montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), a taxa de juros efetiva mensal 1,33%, com prazo de amortização em 48 meses.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CIRCULANTE				Valores em R\$ mil	
NACIONAL	% TAXA DE J	2.021	2.020		
CEF CTO 07.0017.610.0000025-78	1,21%	-	7.736.387		
CAIXA CTO Nº 070017610000002900	1,75%	-	676.204		
CAIXA CTO Nº 07.0017.610.000003035	1,53%	-	1.965.471		
BANCO DAYCOVAL Nº85644-6	1,53%	-	1.722.014		
SICOOB CREDICOM Nº 840379	1,53%	2.242.374	1.519.136		
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO		1.003.476	396.552		
CAIXA CTO Nº10.4314.7300.1200337	2,93%	32.432.600	-		
BANCO DAYCOVAL Nº96739-6	1,37%	1.600.000	-		
BANCO DAYCOVAL Nº97235-7	1,33%	6.000.000	-		
Total ==>		43.278.450	14.015.765		

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS NÃO CIRCULANTE				Valores em R\$ mil	
NACIONAL	% TAXA DE JUROS	2.021	2.020		
CAIXA CTO Nº 070017610000002900	1,75%	-	86.923.553		
CAIXA CTO Nº 07.0017.610.000003035	1,53%	-	24.768.112		
BANCO DAYCOVAL Nº85644-6	1,53%	-	6.573.387		
SICOOB CREDICOM Nº 840379	1,53%	5.019.531	7.171.340		
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO		-	1.003.476		
CAIXA CTO Nº10.4314.7300.1200337	2,93%	122.973.608	-		
BANCO DAYCOVAL Nº96739-6	1,21%	1.333.333	-		
BANCO DAYCOVAL Nº97235-7	1,21%	5.250.000	-		
Total ==>		134.576.473	126.439.868		

**14. FORNECEDORES**

Encontram-se registrados neste grupo os fornecedores de materiais e medicamentos, próteses, prestadores de serviços, e concessionárias (água, luz, telefone).

FORNECEDORES	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
FORNECEDOR MATERIAL / MEDICAMENTO		11.336.667	13.855.977
FORNECEDOR SERVIÇO HOSPITALAR		7.689.243	8.814.690
FORNECEDOR PROTESE		14.167.940	11.415.290
FORNECEDOR SERVIÇO		11.439.151	12.712.135
AGUA / TELEFONE / LUZ		14.323.365	13.472.842
Total ==>		58.956.365	60.270.934

**15. OBRIGAÇÕES PESSOAL**

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos folha de pagamento a funcionários da Santa Casa, e provisões com férias, devidos até a data de 31 de dezembro de 2021.

OBRIGAÇÕES PESSOAL	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
Salários a pagar		9.516.973	10.056.226
Férias (Provisões)		24.017.572	27.175.994
Total ==>		33.534.545	37.232.220

**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos retidos sobre folha de pagamento, FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas. Encontram-se registrados também parcelamento de tributos e contribuições. Em 2021 a entidade realizou parcelamento dos impostos junto à receita Federal do Brasil, na modalidade de parcelamento simplificado.

<b>TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS</b>	Valores em R\$ mil	
	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
<b>FGTS</b>	<b>15.464.516</b>	<b>11.103.414</b>
<b>I.R.</b>	<b>15.238.557</b>	<b>23.556.208</b>
<b>I.S.S.</b>	<b>2.407.775</b>	<b>1.481.633</b>
<b>PIS, COFINS, CSLL</b>	<b>1.502.178</b>	<b>2.405.219</b>
<b>I.N.S.S.</b>	<b>13.008.119</b>	<b>14.528.312</b>
<b>PARCELAMENTO TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>40.508.652</b>	<b>12.875.811</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>88.129.798</b>	<b>65.950.597</b>

**a) Reconhecimento de Tributos**

Em consonância com o Princípio da Competência, foi registrado na conta de juros e multas os valores relativos aos impostos em atraso no decorrer do ano de 2021.

<b>TOTALIZAÇÃO</b>			Valores em R\$ mil
<b>TRIBUTOS</b>	<b>MULTA</b>	<b>JUROS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>IR</b>	<b>1.873.010,85</b>	<b>256.575,62</b>	<b>2.129.586,47</b>
<b>PIS, COFINS, CSLL</b>	<b>198.489,53</b>	<b>27.403,61</b>	<b>225.893,14</b>
<b>INSS A RECOLHER</b>	<b>1.718.968,64</b>	<b>284.520,51</b>	<b>2.003.489,15</b>
<b>ISS A RECOLHER</b>	<b>107.785,15</b>	<b>72.258,68</b>	<b>180.043,83</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.898.254,17</b>	<b>640.758,42</b>	<b>4.539.012,59</b>

**17. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Encontram-se registrados neste grupo os valores devidos a título de pessoal, indenizações (pensões vitalícias), empréstimos almoxarifado (entre hospitais), eventos e provisões a liquidar SUS (referente ANS), arrendamentos a apropriar e repasses de valores retidos de funcionários.

<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	Valores em R\$ mil	
	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES COM PESSOAL</b>	<b>908.642</b>	<b>856.110</b>
<b>INDENIZAÇÕES (PENSÕES)</b>	<b>260.881</b>	<b>35.506</b>
<b>EMPRESTIMO ALMOXARIFADO</b>	<b>2.439.781</b>	<b>2.581.346</b>
<b>EVENTOS A LIQUIDAR SUS</b>	<b>8.764</b>	<b>8.764</b>
<b>ADIANTAMENTO DE CLIENTES</b>	<b>384.930</b>	<b>4.277.555</b>
<b>ARRENDAMENTOS</b>	<b>393.151</b>	<b>100.158</b>
<b>EVENTOS/SINISTROS LIQUIDAR SUS</b>	<b>20.644</b>	<b>9.111</b>
<b>REPASSES</b>	<b>425.661</b>	<b>296.563</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>4.842.452</b>	<b>8.165.113</b>

**18. IMPOSTOS PARCELADOS NÃO CIRCULANTE**

Encontram-se registrados no passivo não circulante os parcelamentos de tributos e contribuições.

<b>TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS (PARCELAMENTO NÃO CIRCULANTE)</b>	Valores em R\$ mil	
	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
<b>PARCELAMENTO IMPOSTOS RFB</b>	<b>25.342.856</b>	<b>26.090.284</b>
<b>PARCELAMENTO IMPOSTOS PGFN</b>	<b>47.240.286</b>	<b>12.862.915</b>
<b>PARCELAMENTO FGTS</b>	<b>22.356.869</b>	<b>16.010.565</b>
<b>PARCELAMENTO GFIP</b>	<b>7.419</b>	<b>22.256</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>94.947.430</b>	<b>54.986.021</b>

**19. PROVISÕES CONTINGENCIAIS**

Conforme determina o CPC 25, que trata das provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, foram constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento dos Tribunais. Sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Conforme julgamento de nossos consultores jurídicos foi avaliado como Possível de perda o montante de R\$ 112.103.878 (cento e doze milhões cento e três mil oitocentos e setenta e oito reais). Deste montante R\$ 102.655.165 (cento e dois milhões seiscentos e cinquenta e cinco mil cento e sessenta e cinco reais) se tratam de ações cíveis e R\$ 9.448.713 (nove milhões quatrocentos e quarenta e oito mil setecentos e treze reais) se tratam de ações trabalhistas.

<b>DESCRIÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS</b>	Valores em R\$ mil	
	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
<b>PROVISAO EVENTOS LIQUIDAR - SUS</b>	<b>3.260</b>	<b>38.966</b>
<b>DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- CIVEIS</b>	<b>1.124.586</b>	<b>273.500</b>
<b>DEPOSITOS JUDICIAIS E FISCAIS- TRABALHISTAS</b>	<b>4.885.966</b>	<b>6.955.822</b>
<b>FORNECEDORES</b>	<b>4.432.604</b>	<b>4.432.604</b>
<b>ARRENDAMENTO</b>	<b>864.932</b>	<b>1.858.356</b>
<b>OUTROS DEBITOS</b>	<b>2.274.671</b>	<b>1.429.497</b>
<b>Total ==&gt;</b>	<b>13.586.018</b>	<b>14.988.745</b>

**20. PATRIMÔNIO SOCIAL**

O patrimônio social da entidade perfaz o montante de R\$ 2.371.805,40 (dois milhões trezentos e setenta e um mil oitocentos e cinco reais e quarenta centavos).

**21. RESERVAS DE REAVLIAÇÃO**

A reserva de reavaliação refere-se à avaliação efetuada pela entidade em 2001, e ajuste a valor recuperável em 2017, preconizado pelo CPC 27, item 31.

RESERVA DE REAVALIAÇÃO	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
Reserva De Reavaliação		247.139.023	250.953.681

## 22. SUPERÁVIT / DÉFICIT

No ano de 2020 a entidade encerrou o período com o déficit de R\$ 76.295.500 (setenta e seis milhões duzentos e noventa e cinco mil e quinhentos reais).

No ano de 2021 a entidade encerrou o período com o déficit de R\$ 86.375.244 (oitenta e seis milhões trezentos e setenta e cinco mil duzentos e quarenta e quatro reais).

SUPERÁVIT / DÉFICIT	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
SUPERÁVIT/DÉFICIT ACUMULADOS		(264.265.691)	(191.784.848)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(86.375.244)	(76.295.500)
Total ==>		(350.640.935)	(268.080.348)

## 23. ISENÇÕES

Em atendimento ao parágrafo único art. 4º Decreto 2.536 de 06/04/98 e NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções previdenciárias (INSS Patronal), como se devido fosse gozada durante o ano de 2021 foi de R\$ 58.059.361 (cinquenta e oito milhões cinquenta e nove mil trezentos e sessenta e um reais). Ainda em atendimento a NBC T -10, registra-se nesta NE, que os valores relativos às isenções fiscais (IR, PIS, COFINS, CSLL, ISS), gozadas durante o ano de 2021 foi de R\$ 34.555.206 (trinta e quatro milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil e duzentos e seis reais).

ISENÇÕES	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
I.R.		675.732	-
PIS / COFINS / CSLL		16.662.364	14.753.523
I.S.S.		17.217.110	15.864.003
Total ==>		34.555.206	30.617.526
I.N.S.S.		58.059.361	54.129.472
Total Geral ==>		92.614.567	84.746.999

## 24. GRATUIDADES

Em atendimento as exigências de prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), nos termos do artigo 20 do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014, a entidade registrou o percentual de 95,92% (pacientes dia), atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde – SUS, ou seja, superior a 60% do total da capacidade contratada.

## 25. RECEITA SUS

A Entidade mantém contrato com o Gestor Municipal do SUS (Prefeitura Municipal de Campo Grande), para prestação de serviço médico hospitalar e atendimento aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) através do convênio nº 03-A, de 02 de junho de 2021 e seus aditivos. Em 2021 o valor faturado referente a produção e incentivos foi de R\$ 300.697.857 (trezentos milhões seiscentos e noventa sete mil oitocentos e cinquenta e sete reais). Devido a pandemia do Covid-19 a entidade recebeu no ano de 2021 o repasse no valor de R\$ 26.129.765 (vinte e seis milhões cento e vinte e nove mil setecentos e sessenta e cinco reais).

## 26. RECEITA PRIVADA

Registra-se neste grupo os serviços prestados para operadoras de planos de saúde, e de pacientes particulares.

Devido a pandemia do Covid-19 a linha da rede privada sofreu uma queda importante, devido à redução significativa nos atendimentos ambulatoriais, de urgência e internações. Houve também a suspensão das internações eletivas, conforme solicitação do comitê de eletivas, onde somente foi autorizado as cirurgias essenciais. Com as mudanças realizadas na estrutura do hospital, para que pudesse realizar o atendimento prioritário dos pacientes com Covid-19, o atendimento particular acabou sendo afetado negativamente, uma vez que muitos convênios acabaram sendo atendidos por outras instituições. Houve também a saída de algumas operadoras importantes como Unimed e São Francisco, que juntamente influenciaram na redução de receitas privadas.

RECEITAS PRIVADAS	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
UNIMED		-	220.990
CASSEMS		6.044.014	10.049.319
SÃO FRANCISCO		-	1.304.190
FUNSERV		8.365	27.350
OPERADORA PLANOS PRIVADOS DE SAUDE SANTA CASA SAUDE		6.857.283	4.066.698
OUTROS CONVÊNIOS		962.578	1.496.158
PARTICULARES		-	6.242.404
(-) DEDUÇÕES DE RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO		(1.244.595)	(6.699.895)
Total ==>		12.627.645	16.707.213

## 27. FOLHA DE PAGAMENTO

Registra-se neste grupo os gastos com folha de pagamento de pessoal celetista, bem como médicos terceirizados e autônomos.

FOLHA DE PAGAMENTO	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
DESPESAS COM PESSOAL		155.916.510	147.291.133
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS		13.905.877	12.388.815
PROVISÕES COM PESSOAL		35.009.977	35.776.862
TERCEIROS AUTÔNOMOS		23.599.767	24.847.768
TERCEIROS PJ		41.420.886	34.567.270
Total ==>		269.853.018	254.871.848

## 28. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Registra-se neste grupo os gastos com serviços prestados de auditoria externa, consultoria e serviços médicos de clínicas e laboratórios.

SERVIÇOS TERCEIROS	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
DEPESAS COM SERVIÇOS TERCEIRO		20.354.842	22.438.653
AUDITORIA		153.799	89.499
CONSULTORIA		342.452	540.642
<b>Total ==&gt;</b>		<b>20.851.092</b>	<b>23.068.794</b>

**29. GERAIS**

Registra-se neste grupo os serviços de concessionárias (Água, Energia e Telefone), devoluções de convênios e provisão para contingências cíveis.

GERAIS	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
AGUA/LUZ/TELEFONE		7.729.449	7.356.807
GERAIS		1.431.174	2.256.705
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS/CONVENIOS		410.473	12.171
INDENIZAÇÕES		680.409	386.958
OCUPAÇÃO		-	137.340
RESSARCIMENTO AO SUS		1.130	5.788
PROVISÃO CONTIGENCIAIS		(1.218.770)	4.704.351
PCLD CONVENIOS/GLOSAS		(960.320)	(1.731.667)
PCLD ESTOQUE OBSOLETOS		(199.698)	(256.790)
<b>Total ==&gt;</b>		<b>7.873.847</b>	<b>12.871.663</b>

**30. ESTOQUE**

Registra-se neste grupo os gastos com consumo de matérias e medicamentos, prótese, usados no atendimento aos pacientes do hospital. Houve um aumento significativo nas despesas com os estoques em geral, dado que a pandemia do Covid-19 afetou todos os setores, porém o maior impacto aconteceu nos setores de atendimento direto a pacientes. Devido à grande propagação do vírus nos anos de 2020 e 2021, ocorreu um crescimento expressivo nos atendimentos aos pacientes, conseqüentemente ocorreu aumento na utilização de materiais e medicamentos de atendimento específico. Materiais que antes eram utilizados em média escala, passaram a ser utilizados em grande escala e maiores variações. A crescente oscilação de preços também foi um fator negativo para que as despesas atingissem esse nível de aumento, visto que a grande procura influenciou para que os fornecedores aumentassem drasticamente os valores dos produtos.

ESTOQUE	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
MATERIAS E MEDICAMENTOS		60.008.418	50.346.242
PROTESES		14.286.078	12.103.421
DESPESAS DE CONSUMO		8.597.723	7.582.474
DEPESAS GERAIS		7.272.357	6.684.377
INVENTÁRIO		306.098	387.193
<b>Total ==&gt;</b>		<b>90.470.673</b>	<b>77.103.708</b>

**31. RECEITAS DIVERSAS**

Registra-se neste grupo as receitas oriundas de convênios federais, estaduais e municipais, os descontos obtidos de fornecedores, juros e atualização monetária recebidas de clientes, recuperação de despesas, como desconto de folha de pagamento.

Em 2021 a entidade realizou a venda de precatório a que tinha direito, aonde obteve o recebimento relativo a RPV nº 1601334-66,2018,8,12,0000, Conforme determina a NBC TG 18, em 2021 foi reconhecido a Título de Receita de Equivalência Patrimonial, referente a participação de 99% do capital social da empresa Operadora de Planos Privados de Saúde – Santa Casa Saúde LTDA, CNPJ 20,918,393/0001-24. A empresa em 2021 auferiu no seu resultado lucro no valor de R\$ 1.934,262 (um milhão novecentos e trinta e quatro mil duzentos e sessenta e dois reais), e em 2020 auferiu lucro no valor de R\$ 1.291,266 (um milhão duzentos e noventa e um mil duzentos e sessenta e seis reais). Aplicou-se para o lançamento a somatória do seu patrimônio líquido, descontando o valor já registrado a título de Capital Social no montante de R\$ 625,889 (seiscentos e vinte e cinco mil oitocentos e oitenta e nove reais), totalizando um reconhecimento a título de Receita de Equivalência Patrimonial (Conta de Resultado) no valor de R\$ 1.914.920 (um milhão novecentos e quatorze mil novecentos e vinte reais).

RECEITAS DIVERSAS	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
CONVÊNIOS (FED. / EST. / MUN.)		319.325	2.044.530
DESCONTOS OBTIDOS		1.031.231	682.753
RECEITA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		1.914.920	1.278.353
JUROS / ATUALIZACAO MONETARIA		441.218	433.146
RECUPERACAO DE DESPESAS		1.221.764	1.167.690
PRECATÓRIO		1.948.927	-
<b>Total ==&gt;</b>		<b>6.877.383</b>	<b>5.606.473</b>

**32. DESPESAS FINANCEIRAS**

Registra-se neste grupo os gastos com juros de empréstimos contraídos pela Entidade, multas pagas, os encargos com tributos da Receita Federal e despesas bancárias adquiridas. Encontram-se registrados também as atualizações monetárias e os descontos concedidos aos clientes da entidade.

No ano de 2021 houve um aumento significativo sobre as despesas financeiras, visto que foi realizado empréstimo junto a CEF sob contrato nº 1200337, do qual gerou-se despesas bancárias. Com o empréstimo realizado, foram efetuadas amortizações dos empréstimos com o banco CEF sob o contrato de nº 07,0017,610,00000029-00 e nº 07,0017,610,00000030-35, e com o banco Daycoval sob contrato de nº 85644-6 e nº 88168-8, ocasionando assim um aumento na despesa de juros bancário por conta da antecipação de liquidação de contrato.

Foram realizados parcelamentos e reparcelamentos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), gerando assim um aumento considerável em suas despesas por conta dos juros, multas e encargos.

DESPESAS FINANCEIRAS	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
DESCONTOS CONCEDIDOS		46.982	127.925
COMISSÕES E DESPESAS BANCÁRIAS		1.198.556	49.332
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA		191.169	512.767
JUROS PAGOS OU INCORRIDOS		42.243.832	26.326.801
MULTAS/TAXAS PAGAS OU INCORRIDAS		11.161.652	7.198.947
ENCARGOS (RECEITA FEDERAL)		7.043.733	1.513.021
<b>Total ==&gt;</b>		<b>61.885.923</b>	<b>35.728.793</b>

**33. SUBVENÇÕES**

Conforme as exigências da ITG 2002 de 21/09/2012 (Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Sem Fins Lucrativos) a entidade recebeu subvenções do poder público através da celebração de convênios no montante de R\$ 319.325 (trezentos e dezenove mil trezentos e vinte cinco reais).

SUBVENÇÕES	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
CONVENIO ESCOLAS		-	19.675
ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA		-	4.103.148
CONVENIO 766208/2011		-	1.161.019
CENTRO DE ENS SUP MORGANA POTRICH		-	283.542
CONSESP CONC RES MEDICAS AVALIAÇO		-	500
CONVÊNIO SES 22.758/2014		-	3.000
CONVENIO REDE TELEMEDICINA		-	23.854
CONVENIO 25481/2016		-	545.351
CONVÊNIO 877455		-	719.800
CONVÊNIO 801.302/2014 MINISTÉRIO DA SAÚDE		-	200.000
CONVÊNIO 884051		-	72.657
REPASSE Nº 8586062017MSCAIXA		91.325	50.000
CONVÊNIO 883.722/ 2019 MINISTÉRIO DA S		-	534.000
ESCOLA PADRÃO LTDA		-	-
CONVENIO Nº 1012021		228.000	-
<b>Total ==&gt;</b>		<b>319.325</b>	<b>7.716.546</b>

**34. DOAÇÕES**

A entidade recebeu no ano de 2021 doações de pessoas físicas e jurídicas o correspondente ao valor total de R\$ 5.598.971 (cinco milhões quinhentos e noventa e oito mil novecentos e setenta e um reais). A entidade recebeu o valor de R\$ 9.835.415 (nove milhões oitocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e quinze reais) referentes a convênios estabelecidos com entidades de ensino.

Houve entrada de recursos através do setor de organização e eventos no montante de R\$ 3.404.376 (três milhões quatrocentos e quatro mil trezentos e setenta e seis reais).

DOAÇÕES/CURSOS/CONV. ESCOLAS	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
CONVENIO ESCOLAS		9.835.415	5.672.016
DOAÇÕES		5.598.971	2.679.396
CURSOS TREINAMENTOS GEPEC		92.350	76.294
ORGANIZACAO EVENTOS		3.404.376	3.203.222
CENTRAL DIZIMO		200	416
<b>Total ==&gt;</b>		<b>18.931.313</b>	<b>11.631.343</b>

**35. COBERTURA DE SEGUROS**

A Entidade mantém cobertura de seguros para os equipamentos e estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação de riscos feitos por consultores.

SEGUROS	VIGÊNCIA	COBERTURAS	R\$ APÓLICE
			Valores em R\$ mil
CONSELHEIROS E ADMINISTRADORES	29/10/2021 à 29/10/2022		30.000,000
VEÍCULO SPIN ADVANTAGE 1.8 Ano 2017/18	24/09/2021 à 24/09/2022	100% V.R (HPE)+ Danos materiais e Corporais	320,000
PRÉDIO EDUARDO SANTOS PEREIRA	09/11/2021 à 09/11/2022	Incendio, IDT, Raio e Explosão de QQ natureza	41.100,000
VEÍCULO DOBLO CARGO 1.4 8v Ano 2015 Placa OOR-145	23/01/2021 à 23/01/2022	100% V.R (HPE)+ Danos materiais e Corporais	320,000
<b>Total ==&gt;</b>			<b>71.740,000</b>

**36. AJUSTES POR MUDANÇA NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as demonstrações contábeis estão apresentadas e foram ajustadas e estão sendo reapresentadas conforme previsto na legislação, normas e interpretações técnicas vigentes, as Práticas Contábeis adotadas no Brasil, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

**37. REFLEXOS COVID-19 DE 2020.**

A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande adotou política de readequar as ações de sua administração, suas receitas e seus custos em face da pandemia do Covid-19 pela qual passa o Estado de Mato Grosso do Sul, o País e o mundo inteiro. Contudo, não foi feita nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2021 a fim de cobrir possíveis despesas com o reflexo em 2021 do Corona Vírus (Covid-19) em função de não ter sido possível identificar, quantificar e valorar os reflexos financeiros.

Campo Grande, MS, 31 de dezembro de 2021.

**HEITOR RODRIGUES FREIRE**  
Presidente  
CPF 224.054.028-15

**JOÃO NELSON LYRIO**  
Dir. de Finanças  
CPF 003.601.471-00

**RINALDO HAKME ROMANO**  
Dir. Administração e Finanças  
CPF 554.307.591-04

**LEONARDO JORDÃO DE ARAUJO**  
Contador  
CRC-MS 13860/O-2  
CPF 012.416.601-66

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e dois, o Conselho Fiscal da Associação Beneficente de Campo Grande – ABCG, administradora e mantenedora do Hospital Santa Casa, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou, concomitantemente, o Balanço Patrimonial e as demonstrações financeiras com suas respectivas notas explicativas referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o relatório dos auditores independentes com ressalvas, o parecer da auditoria interna e as considerações da controladoria de custos e contabilidade, reconhecendo que estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária, sugerindo aprovação.

**Antônio Urban Filho**  
Presidente Conselho Fiscal

**Edson Alceu Lazaroto**  
Secretário

**Valdir Osvaldo Junior**  
Titular

**PARECER DA AUDITORIA EXTERNA****RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ao  
Presidente, Conselheiros e Diretores da  
Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande  
Campo Grande – MS,

**Opinião Com Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.276.524/0001-06, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos naquelas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para Opinião Com Ressalva**

**a)** A Santa Casa adota como prática o empréstimo (concedido e recebido) de medicamentos entre as unidades de saúde de Campo Grande, para atender as urgências e emergências, conforme consta nas contas contábeis sob o código: 1.2.7.1.1.9.01.2.02.0001 – Empréstimo Concedido, no valor de R\$ 2.055.940,35 (dois milhões, cinquenta e cinco mil, novecentos e quarenta reais e trinta e cinco centavos) e 2.1.7.1.1.9.01.8.01.0001 – Empréstimo Recebido, no valor de R\$ 2.439.780,61 (dois milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, setecentos e oitenta reais e sessenta e um centavos) em 31/12/2021; utiliza o sistema MV2000i para dar as entradas, saídas e baixas, inclusive nas trocas de medicamentos, a fim de ter o controle real dos saldos entre essas unidades de saúde com a Santa Casa. O sistema MV2000i deve ser ajustado e submetido a uma depuração nas referidas contas apontadas, tendo em vista não ter sido possível a auditoria validar os saldos contabilizados nessas duas contas em 31.12.2021.

**b)** Conforme mencionado na nota explicativa nº 16 – Obrigações fiscais, "Encontram-se registrados neste grupo os débitos oriundos de impostos retidos sobre folha de pagamento, F.G.T.S. (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), retenções efetuadas de prestadores de serviço, pessoas jurídicas. Encontram-se registrados também parcelamento de tributos e contribuições. Em 2021 a entidade realizou parcelamento dos impostos junto à Receita Federal do Brasil, na modalidade de parcelamento simplificado.

TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS	Valores em R\$ mil	2.021	2.020
FGTS		15.464.516	11.103.414
I.R.		15.238.557	23.556.208
I.S.S.		2.407.775	1.481.633
PIS, COFINS, CSLL		1.502.178	2.405.219
I.N.S.S.		13.008.119	14.528.312
PARCELAMENTO TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES		40.508.652	12.875.811
<b>Total ==&gt;</b>		<b>88.129.798</b>	<b>65.950.597</b>

Apesar de os valores retidos terem sido reconhecidos na contabilidade, observamos que foram reconhecidos a multa e os juros até 31.12.2021, obedecendo o princípio de competência.

TOTALIZAÇÃO			
TRIBUTOS	MULTA	JUROS	TOTAL
IR	1.873.010,85	256.575,62	2.129.586,47
PIS, COFINS, CSLL	198.489,53	27.403,61	225.893,14
INSS A RECOLHER	1.718.968,64	284.520,51	2.003.489,15
ISS A RECOLHER	107.785,15	72.258,68	180.043,83
<b>TOTAL</b>	<b>3.898.254,17</b>	<b>640.758,42</b>	<b>4.539.012,59</b>

Além disso, a entidade corre o risco de ser autuada pelos órgãos de fiscalização por apropriação indébita, de acordo com o previsto no Artigo 11 da Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964 e Artigo 1º da Lei nº 9.983, de 14 de julho de 2000.

**c)** No confronto por amostragem do Ativo Imobilizado, o Relatório de Posição Patrimonial emitido em 13/01/2022 às 15h57min. com posição mês de referência 12/2021, com o saldo contábil da conta de imobilizado, foi identificada divergência, conforme demonstra o quadro a seguir:

Ref.	Código Contábil	Descrição	Saldo Contábil em 31/12/2021	Saldo Relatório de Posição Patrimonial em 31/12/2021	Diferença
11.1.2	1.3.3.1.1.9.01.2.01.0002	Ambulatório Mato Grosso	1.431.209,64	1.533.247,36	-102.037,72
12.1.2	1.3.3.2.1.9.01.2.01.0004	Equipamentos Eletromédicos	44.190.111,14	44.189.772,09	339,05
14.1	1.3.3.4.2.9.01.9.01.0001	Chácara Santo Antônio	595.401,72	528.481,89	66.919,83
14.2	1.3.3.4.2.9.01.9.03.0001	Complexo Avenida Mato Grosso	20.377.599,74	19.694.345,86	683.253,88
14.2	1.3.3.4.2.9.01.9.03.0006	Unidade II	35.987.038,65	37.494.181,55	-1.507.142,90

<b>14.3</b>	1.3.3.4.2.9.01.9.04.0001	Complexo Eduardo Santos Pereira	130.591.389,44	119.572.897,69	<b>11.018.491,75</b>
<b>14.3</b>	1.3.3.4.2.9.01.9.04.0006	Apoio Administrativo	2.140.195,48	1.751.407,56	<b>388.787,92</b>
<b>Total em R\$</b>			<b>235.312.945,81</b>	<b>224.764.334,00</b>	<b>10.548.611,81</b>

O Patrimônio é registrado e controlado no sistema MV2000 - Sistema de Controle de Patrimônio, através do relatório de posição patrimonial que divergiu da informação contábil apresentada no montante de R\$ 10,548,611,81 (dez milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, seiscentos e onze reais e oitenta e um centavos). As divergências de saldo apuradas se referem a erro do sistema de patrimônio utilizado e, conforme análise, identificou-se no Relatório do Razão Auxiliar que os valores da depreciação estão corretos conforme o relatório do Razão Contábil. Já o relatório de Posição Patrimonial (controle interno) está apresentando divergência no valor da depreciação e no saldo anterior, se comparado com o Razão Contábil. Contudo, em função da divergência entre a contabilidade e os relatórios do MV2000 - Sistema de Controle de Patrimônio, não foi possível a auditoria validar os números do Imobilizado.

#### ÊNFASE

Sem alterar a nossa opinião, chamamos a atenção para o seguinte assunto descrito na nota explicativa 36 - **REFLEXOS COVID 19 DE 2020:**

Sem alterar a nossa opinião, chamamos a atenção para o seguinte assunto descrito na nota explicativa 37 - **REFLEXOS COVID 19 DE 2021:**

"A Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande adotou política de readequar as ações de sua administração, suas receitas e seus custos em face da pandemia do Covid-19 pela qual passa o Estado de Mato Grosso do Sul, o País e o mundo inteiro. Contudo, não foi feita nenhuma provisão em 31 de dezembro de 2021 a fim de cobrir possíveis despesas com o reflexo em 2021 do Corona Vírus (Covid-19) em função de não ter sido possível identificar, quantificar e valorar os reflexos financeiros."

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas previstas nestas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos nesta auditoria do exercício corrente de 2021. Esses assuntos foram tratados no contexto desta auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar o fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A administração da Associação Beneficente Santa Casa de Campo Grande é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis e financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pelo Ministério da Saúde e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, salvo se a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

#### Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis:

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis tomadas estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, bem como emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectem as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

#### Principais comentários:

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa Independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

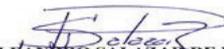
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou, quando em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 23 de abril de 2021 com ressalva.

Campo Grande-MS, 16 de março de 2022.

  
**ODÁCIO PEREIRA MOREIRA**  
Contador CRC/MS 002731/O-7  
CVM N° 977-6 – CNAI N° 435

  
**RICARDO FIRMINO MOREIRA PILEGI**  
Contador CRC/MS 011255/O-0  
CNAI N° 7640

  
**LEANDRO SALAZAR DE PAUDA**  
Contador CRC/MS 014526/O-9  
Administrador CRA/MS 7567

  
**AUPERCON – Auditoria, Perícia e  
Consultoria S/S.**  
CRC/MS 00560/O-6  
CNPJ 13.256.754/0001-59